

Grupo dos 20: nova governança global?

Rodrigo da Rocha Loures

Há muitos céticos com relação aos resultados práticos da última reunião do G20, em Londres. Entre eles estão os analistas econômicos, que esperam ansiosos uma resposta contundente à crise e se desesperam com as oportunidades perdidas para dar encaminhamento a soluções para a desordem financeira.

Não estou entre os otimistas. Acho que a crise vai conviver conosco por um longo período. Não na forma aguda do último trimestre de 2008. É evidente - pelo menos agora - que não podemos descartar outras recaídas violentas, fruto de desarranjos em segmentos vulneráveis do sistema financeiro ou decorrentes do "default" de países de maior risco.

A meu ver, a crise deve perdurar não por essas recaídas, mas no sentido de que será longo o caminho até que o mundo assista a um crescimento sincronizado das principais economias. Vamos esperar muito até que a Ásia e as zonas do euro e do dólar possam, juntas, desencadear um virtuoso ciclo econômico mundial.

Mas não tenho dúvidas que o encontro do G20 foi um divisor de águas. Foi um passo na direção de uma governança mais apropriada ao mundo em que vivemos. Há anos se denuncia a inconsistência entre, de um lado, um mundo crescentemente globalizado e, de outro, a frágil capacidade de coordenação dos estados nacionais.

Esse reconhecido déficit de governança perpassou todas as análises lúcidas do que vinha acontecendo na última década. Sem a nitidez que se tem hoje, a debilidade da regulação financeira era parte daquele diagnóstico, quando se evidenciava a fragilidade da governança, vis-à-vis à dimensão que assumiam os fluxos financeiros internacionais.

O G20 é uma resposta a isso. Uma resposta difícil, porque o mundo continua assimétrico. Estados Unidos e, crescentemente, a China têm de fato papel muito distinto e predominante nessa nova ordem. Alemanha e Japão também. Mas poucos países europeus têm a importância que tinham vinte anos atrás e muitos países em desenvolvimento se encontram na mesma posição.

Muitos dos membros convidados ao G20 são secundários, em termos correntes ou de seu papel no futuro. Alcançar consensos, avançar na agenda e adotar medidas práticas é muito mais difícil num arranjo dessa natureza. Não foi outra a razão do fracasso da Conferência Econômica Internacional de 1933, no auge da crise de 1930.

Sobre Bretton Woods é curioso reler o relato feito ao Tesouro britânico por John Maynard Keynes acerca da excessiva "generosidade" da composição das delegações presentes na Conferência. Como Keynes escreveu, em tradução livre: "21 países foram convidados e que claramente não têm nada a contribuir e que apenas vão entulhar o espaço (...). Trata-se do mais monstruoso asilo de lunáticos montado há anos".

A nova governança esboçada no G20 é um ensaio do que virá a suceder o G-8, mas muito provavelmente a configuração atual não sobreviva com o fim da crise, que exige maior abertura por parte dos países já desenvolvidos. Mas creio que vale o que já escrevi aqui, salientando as palavras de Henry Kissinger na revista *The Economist*: "O G-8 precisa de um novo papel, de modo a incluir a China, a Índia, o Brasil e, talvez, a África do Sul".

Teremos, sem dúvida, um papel mais relevante na nova ordem internacional. Não será o mesmo papel dos EUA ou da China. Mas é conveniente ver que não somos um protagonista menor. Podemos assumir maior responsabilidade. Isso requer entender que, hoje, nossos interesses são mais amplos.

Temos relações comerciais com todas as economias importantes e uma pauta de exportação com forte presença de commodities, mas também de manufaturados. Temos uma pequena, mas importante exportação de média e alta tecnologia que queremos que aumente. Somos

competitivos em energias renováveis, mas nossa agenda não pode restringir-se a isso, pois somos competitivos em automóveis, aviões e em inúmeros produtos de pequenas e médias empresas.

Somos mais relevantes agora e essa influência irá crescer nos próximos anos. Sabemos que temos muito a fazer para consolidar esse papel. A começar pelo reforço da presença da empresa brasileira no mercado mundial, uma questão estratégica para a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Precisamos trabalhar essa agenda, indo além de interesses comerciais tópicos. Temos de descobrir o que queremos dessa nova ordem mundial, se quisermos de fato fazer parte da nova governança que se esboça.

Fonte: Gazeta Mercantil, São Paulo, 16 abr. 2009, Primeiro Caderno, p. A3.

A utilização deste artigo é exclusiva para fins educacionais